

28 JUL 2017

FOLHA DE LONDRINA

Procuradores veem resistência de Cármem Lúcia a reajuste de salários

Presidente do STF não estaria propensa a incluir no orçamento da corte proposta de reajuste de 16,38% para os ministros na previsão para 2018

Salário do procurador-geral e dos ministros do STF que hoje é de R\$ 33,7 mil, subiria R\$ 39,3 mil

Reynaldo Turolo Jr.

Folhapress

Brasília - Procuradores da República, que aprovaram na terça (25) uma proposta orçamentária para 2018 com previsão de reajuste de 16,38% para os membros da carreira, veem resistência da ministra Cármem Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), a incluí-lo também no orçamento da corte.

Os ministros do Supremo vão votar sua proposta orçamentária no dia 9 de agosto, em reunião administrativa. Segundo a reportagem apurou, a tendência é que a proposta levada ao plenário não preveja reajuste para os magistrados no ano que vem.

Na terça, o Conselho Superior do Ministério Público Federal incluiu, a pedido da futura procuradora-geral, Raquel Dodge, a previsão de reajuste no orçamento da instituição. A proposta original, feita pela equipe do atual procurador-geral, Rodrigo Janot, não contemplava o aumento.

Após a reunião do conselho, foi informado que o reajuste pleiteado era de 16,7%. Posteriormente, a informação foi corrigida para 16,38%.

O salário do procurador-geral é o mesmo de um ministro do STF - que, por sua vez, é o teto do funcionalismo. Por essa razão, para que os procuradores tenham reajuste, é preciso que os ministros também tenham. Hoje, esse salário é de R\$ 33,7 mil. Com o reajuste pretendido, iria para R\$ 39,3 mil.

Um eventual reajuste precisa ser aprovado pelo Congresso e causa um efeito cascata de reajustes em série para juízes federais, estaduais, parlamentares, procuradores e promotores.

O índice pleiteado não é novo. Desde agosto de 2015 tramitam no Congresso dois projetos de lei - um para o MPF e outro para o STF - para reajustar os salários do procurador-geral e dos ministros da corte em 16,38%. Eles foram assinados por Janot e pelo presidente do STF à época, Ricardo Lewandowski.

Para o Congresso fazer avançar os projetos, é necessário que as instituições em questão prevejam o reajuste em seus orçamentos.

Os dois projetos foram aprovados na Câmara, mas emperaram no Senado no ano passado. "Quando estava tudo certo para aprová-los no Senado, a ministra Cármem Lúcia pediu para rediscutir", diz o procurador José Robalinho, presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República). O impacto estimado à época somente no Judiciário era de R\$ 717 milhões por ano.

"A sinalização da ministra Cármem Lúcia [é não prever reajuste]. Da mesma forma como a sinalização do dr. Rodrigo Janot foi vencida no Conselho Superior, e ele mesmo se convenceu, nós temos confiança de que a ministra Cármem Lúcia será vencida também", afirma.

CONTINUA

28 JUL 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CÁLCULO

O último reajuste no salário da categoria foi em janeiro de 2015, de 14,6%. Esse reajuste, segundo Robalinho, repôs a inflação dos anos de 2012 e 2013. Ainda não houve reposição da inflação de 2014 e 2015, o que ocorreria com o reajuste agora pleiteado, diz o procurador.

Janot não contemplou o reajuste em sua proposta porque alegou que a aprovação da PEC 95 no ano passado impôs sérias restrições orçamentárias.

Robalinho afirma que, em 2016, ano usado como base para o cálculo dos orçamentos dos anos seguintes, o Executivo "trapaceou" ao inflar seus gastos para ter margem para reajustes nos anos seguintes. Várias categorias, segundo o procurador, tiveram aumento no ano passado.

Já o MPF, segundo ele, economizou em 2016 -por exemplo, atrasando novas nomeações e cortando viagens- e, por isso, agora tem margem apertada para manobrar. Se o reajuste previsto for adiante, o MPF gastará com salários R\$ 116 milhões a mais, que terão de ser retirados de outras rubricas da instituição.

Uma comissão de transição formada por aliados de Janot e de Dodge discutirão de onde realocar esses recursos. Segundo Robalinho, não será tirado dinheiro da atividade-fim do MPF, como investigações. Mais de 80% do orçamento da instituição vai para despesas obrigatórias, sobretudo salários e benefícios.

"Creio que ela [Cármem Lúcia] vá rever sua posição e vou dizer por quê. O Poder Judiciário é muito maior do que o Ministério Público, porque existem mais juízes. Exatamente porque eles são muito maiores, eles têm mais de onde cortar. A flexibilidade lá é maior que aqui. Se nós estamos fazendo esforço, com certeza os magistrados também farão", diz Robalinho.

"Eu não tenho dúvida de que para o padrão brasileiro os membros do Ministério Público ganham bem. Com todo o respeito, todas essas carreiras [que tiveram reajuste em 2016] são fundamentais ao país, mas o nosso concurso é mais difícil, a responsabilidade individual de um juiz, de um membro do Ministério Público é muito maior do que a desses outros, porque cada um de nós responde sozinho pela sua caneta. É por isso que são considerados os que devem ser pagos no topo, e isso foi abandonado", afirma.

28 JUL 2017

FOLHA DE LONDRINA

Vinte mil eleitores de Paranavaí ainda não fizeram cadastramento biométrico

Reportagem Local

Faltando duas semanas para o fim do prazo estabelecido pelo (TRE) Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 20.917 eleitores da comarca de Paranavaí (Noroeste) ainda precisam fazer o cadastramento biométrico para poder votar em 2018. Para facilitar evitar filas nos últimos dias de cadastramento, o Fórum Eleitoral vai atender a população neste sábado (29), das 9h às 17h. Iniciado no dia 3 de abril, o cadastramento termina em 11 de agosto em Paranavaí.

Segundo o chefe do cartório da Justiça Eleitoral de Paranavaí, Cristiano Tomaz de Aquino, a probabilidade de superlotação nos últimos dias é muito grande. "Se todos esses eleitores deixarem para vir na última hora, não vamos ter capacidade para atender todos", afirmou.

Em Paranavaí, 18.266 (28%) pessoas ainda precisam fazer o cadastramento. Nos demais municípios da comarca, a situação é parecida. Em Amaporã, 1.039 (25%), Tamboara, 1.124 (26%) e Nova Aliança do Ivaí 488 (32%) eleitores ainda não fizeram a biometria.

O eleitor que não fizer o cadastro biométrico poderá perder o título de eleitor, o CPF e não participar das eleições gerais de 2018. Para não

enfrentar fila, o eleitor pode fazer o agendamento antecipado no site do TRE pelo link: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/agenda-biometria/agendar-atendimento>.

BELA VISTA

O Fórum Eleitoral de Bela Vista do Paraíso (Região Metropolitana de Londrina) também abrir em horário especial neste sábado (29), das 9h às 17h. Segundo o analista judiciário e chefe do cartório local, Pedro Henrique Gianvecchio, o objetivo é reduzir o número de eleitores que ainda não passaram pelo recadastramento biométrico. Das 13.155 pessoas aptas a votar no município, 3.334 não se regularizaram. O cadastramento em Bela Vista termina dia 4 de agosto.

De acordo com Gianvecchio, a média de atendimentos diários em Bela Vista está aquém do esperado, o que justifica a realização do plantão. O eleitor deve comparecer ao Fórum Eleitoral com RG, comprovante de residência e título de eleitor. (Colaborou Rafael Machado/Grupo Folha)

28 JUL 2017

FOLHA DE LONDRINA

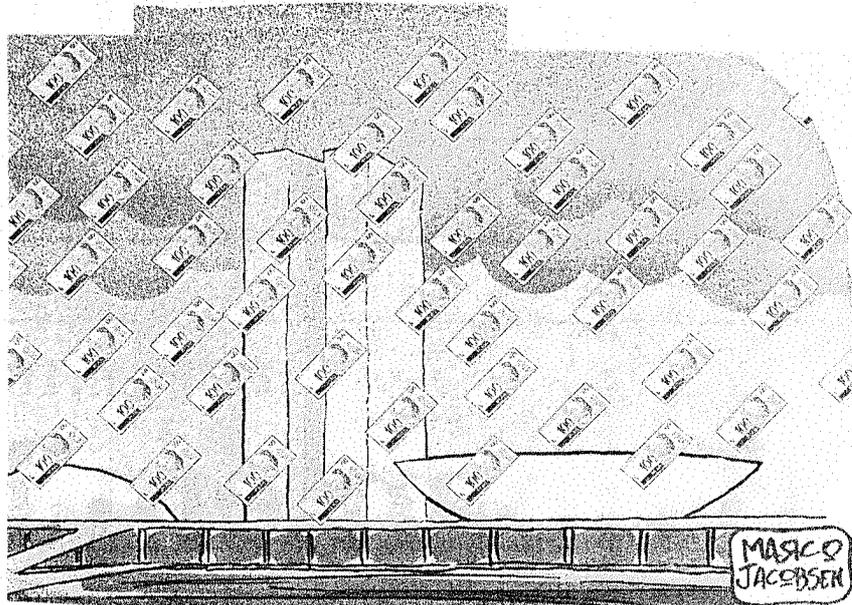
A Lava Jato continua viva

A prisão do ex-presidente do Banco do Brasil e ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine, nessa quinta-feira (27), mostrou que a Lava Jato continua viva, apesar da recente decisão da direção da Polícia Federal de desfazer a força-tarefa que atuava na operação. Bendine foi preso em Sorocaba, interior de São Paulo, na 42ª fase da Lava Jato, batizada de Operação Cobra. Além dele, foram alvos de mandados de prisão temporária André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Jr., suspeitos de serem operadores do executivo. À frente da Petrobras de 2015 a 2016, ele é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propina da Odebrecht, entre junho e julho de 2015. Em troca, ele iria proteger a empreiteira em contratos na estatal. E o mais surpreendente: a proteção seria inclusive em relação às consequências da Lava Jato, que foi deflagrada em março de 2014. Lembrando que àquela altura, com as investigações lideradas pelo juiz Sérgio Moro em andamento, o presidente recém-empossado da Petrobras tinha o dever de estancar a corrupção dentro da empresa e não incrementá-la. Ainda mais considerando o salário dele, conforme adiantou o colunista Claudio Humberto em sua coluna desta sexta, na FOLHA. Segundo o jornalista, Bendine recebia R\$ 62,4 mil de aposentadoria do Banco do Brasil e mais R\$ 123 mil para presidir a Petrobras - salário e aposentadoria tão diferente da realidade do trabalhador brasileiro. O suposto pedido de propina, que teria ocorrido pouco depois de sua posse, está na delação de executivos da Odebrecht, e foi relatado pelo ex-presidente da empreiteira Marcelo Odebrecht e pelo diretor da Odebrecht Ambiental, Fernando Reis. É compreensível que a sociedade brasileira, duramente explorada pelo esquema de corrupção desvendado pela Lava Jato, está preocupada com possibilidades de esvaziamento da força-tarefa. A nova fase deflagrada na quinta-feira é uma prova importante de que há muito a investigar.

28 JUL 2017

FOLHA DE LONDRINA

CHOVE EM BRASÍLIA



28 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ex-presidente da Petrobras e do BB é preso na Lava Jato

Aldemir Bendine é suspeito de receber R\$ 3 milhões do grupo Odebrecht

Ex-dirigente da estatal viajaria para Portugal e comprou só passagem de ida, de acordo com investigação; ele nega

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA
BELA MEGALE
DE BRASÍLIA

O ex-presidente do Banco do Brasil e ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine foi preso na 42ª fase da Lava Jato, batizada de Operação Cobra, nesta quinta-feira (27).

Chefe da Petrobras até maio de 2016, ele é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propina da Odebrecht, em 2015, com a justificativa de proteger a empreiteira em contratos na estatal, inclusive em relação às consequências da Lava Jato.

Bendine foi detido em Sorocaba (SP). O juiz Sergio Moro citou na ordem de prisão informação do Ministério Público Federal de que o ex-presidente da estatal havia comprado uma passagem apenas de ida para Portugal — a viagem seria nesta sexta.

Também foram presos os irmãos André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior, suspeitos de serem operadores dele.

Bendine assumiu a presidência da Petrobras em fevereiro de 2015, em meio à Lava Jato. O suposto pedido de propina foi relatado na delação

de executivos da Odebrecht pelo ex-presidente da empreiteira Marcelo Odebrecht e pelo diretor da Odebrecht Ambiental, Fernando Reis.

O acordo de delação foi homologado no início do ano no Supremo Tribunal Federal.

Segundo Marcelo Odebrecht, Bendine “se colocava como a pessoa que o governo tinha escolhido a interagir com as empresas para resolver problemas” relativos a impactos da operação nas obras e contratos federais.

O ex-presidente da estatal chegou a citar o nome de Dilma Rousseff (PT) nas conversas com os executivos da Odebrecht, a fim de “se promover”, segundo o procurador Athayde Costa. Mas não ficou comprovado o envolvimento da ex-presidente nesse caso.

‘ACHAQUE’

Marcelo Odebrecht relatou ter sido “achacado” por Bendine. Na época em que comandou o Banco do Brasil (2009-2015), aponta a investigação, Bendine teria solicitado, por meio do operador André Gustavo, o pagamento de R\$ 17 milhões de propina para viabilizar a rolagem de dívida de um financiamento da Odebrecht Agroindustrial.

Na ocasião, os executivos negaram a solicitação, segundo relataram, por acharem que ele não tinha como influenciar no contrato.

A situação “mudou de figura” quando ele assumiu a presidência da Petrobras, segundo Marcelo Odebrecht.

Os R\$ 3 milhões teriam sido pagos em espécie, em três parcelas, em um apartamento em São Paulo, que era alugado pelo irmão de André Gustavo, Antônio Carlos.

Os valores teriam sido entregues pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, em junho e julho de 2015. Os operadores firmaram um contrato de consultoria com a empreiteira, segundo a Procuradoria, para justificar os repasses.

A PF ainda investiga se os dois irmãos operavam para outros agentes públicos ou políticos. Sua empresa de consultoria também emitiu uma nota para o grupo J&F, dos irmãos Batista, no valor de R\$ 2,1 milhões — sobre a qual também pesa a suspeita de lavagem de dinheiro.

O nome Operação Cobra é uma referência ao codinome dado a Bendine nas planilhas de pagamentos da Odebrecht.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

> SAIBA MAIS

Porsche de amiga de executivo teve financiamento

Via Banco do Brasil sob comando de Aldemir Bendine, a socialite Val Marchiori conseguiu financiar um Porsche Cayenne S. Os dois são amigos.

Em 2015, a **Folha** revelou que o banco driblou

regras e financiou à socialite R\$ 2,79 milhões, dentro de linha de crédito destinada à Torke Empreendimentos, transportadora no nome de Marchiori.

Acusada de fraude pelo Ministério Público, ela não apresentava capacidade financeira para obter o financiamento — parte dele, usado para a compra do Porsche.

Nesta quinta, Marchiori reclamou de “notícias falsas”. Bendine nega participação na concessão.

CONTINUAÇÃO

VIAGEM

André Gustavo também iria viajar para Portugal e foi detido no aeroporto de Recife.

Bendine tem cidadania italiana, o que aumentaria a possibilidade de fuga, segundo os investigadores. A defesa dele apresentou um comprovante de passagem de volta da Europa. Para a Procuradoria, ainda assim persiste a necessidade da prisão.

Sergio Moro também mencionou em despacho mensagem interceptada que sugere que o ex-presidente da Petrobras estaria em busca “de um banco no exterior”, o que indica a intenção de ocultação de dinheiro.

Os investigadores ainda citaram o uso entre os investigados de aplicativos que apagavam conversas, o que aponta tentativa de destruição de provas.

Para Moro, a prisão preventiva também reduz o risco de “dissipação” do dinheiro supostamente desviado a favor do ex-dirigente da estatal, que ainda não foi completamente “rastreado”.

BENDINE NA MIRA

Executivo é suspeito de cobrar propina da Odebrecht



Aldemir Bendine

Presidente do Banco do Brasil
De abr.2009 a fev.2015

Presidente da Petrobras
De fev.2015 a mai.2016



O que dizem os delatores

- > Marcelo Odebrecht - Ex-presidente da Odebrecht, hoje preso
- > Fernando Reis - Presidia a Odebrecht Ambiental

Jun.2014

- > Fernando Reis é procurado por emissário de Bendine para tratar de pedido de crédito da Odebrecht Ambiental junto ao BB
- > É pedido 'pedágio' de R\$ 17 milhões para aprovação do crédito
- > Marcelo Odebrecht decide não fazer o pagamento

Mai.2015

- > Pressionados em nova reunião com Bendine, Marcelo e Reis acertam o pagamento de R\$ 3 mi



Lavagem

Tidos como operadores de Bendine, André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Jr. firmaram um contrato de fachada de consultoria com a empreiteira para justificar os pagamentos



Pagamento

Os R\$ 3 milhões teriam sido pagos em espécie, em três parcelas de R\$ 1 milhão. Os valores foram entregues pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, entre junho e julho de 2015

CONTINUA

28 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTROLADO<

Atividades eram lícitas, afirma defesa de Bendine

O advogado Pierpaolo Bottini, que defende Aldeir Bendine, disse que o ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras, desde o início das investigações, forneceu dados fiscais e bancários e “se colocou à disposição, (...) demonstrando a licitude de suas atividades”.

Ele chamou a prisão temporária de desnecessária e disse que a passagem de volta do executivo da Europa já estava comprada, ao contrário do que diz a Lava Jato.

O advogado Ademar Rigueira, que defende o publicitário André Gustavo Vieira da Silva e seu irmão Antônio Carlos Vieira da Silva Jr., afirmou que André Gustavo foi procurado pela Odebrecht para ajudar na liberação de um recurso junto ao Banco do Brasil e que teve sucesso, obtendo assim R\$ 3 milhões.

“O dinheiro foi pago em espécie e pelo setor de operações estruturadas a pedido da empresa”, disse Rigueira.

Segundo ele, André Gustavo avisou ao juiz Sergio Moro que iria a Portugal.

28 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

REINALDO AZEVEDO

Madame Bovary no Alemão

Elites, entes do Estado e até imprensa solapam bases da governança, mas reclamam de Temer

PASSOU A febre “Rodrigo Maia presidente”. Por enquanto ao menos. Se outro Rodrigo, o Janot, da Procuradoria Geral da Deposição de Michel Temer (é a quinta dimensão do Ministério Público da União), tiver a bala de prata que seus acólitos traficam pelos corredores, mas sem mostrar o bagulho, Temer será deposto. E o que virá depois é bem mais escuro do que supõem os selenitas.

A leitura de certa crônica política, que pretende se passar por análise, tem uma graça intelectualmente trágica porque não chega a síntese nenhuma, tornando-se mero bordado a ornar o nada. O horizonte desses cronistas é a Terra do Nunca; localizada em Lugar Nenhum.

É estupefaciente que se possa apontar o dedo contra Temer, acusando-o de incapaz de conduzir as reformas, quando entes do Estado — como o Ministério Público Federal e alguns togados no STF — e quadros relevantes das elites, incluindo setores da imprensa, atuam de forma deliberada para lhe tirar os instrumentos de governança.

Queriam o quê? Dada a força estrutural que tem o Congresso, não se põe a prêmio a cabeça de um presidente sem que se criem severas dificuldades para aprovar, por exemplo, uma reforma impopular e necessária como a da Previdência. Não há mágica. Ainda assim, em muitos aspectos, a agenda no Legislativo avançou como nunca.

Na turbulência, tolos passaram a alimentar a fantasia de que, com Maia, o reformismo avançaria com mais celeridade. É mesmo? Uma única pergunta faz o incauto descer do mundo da Lua: Maia seria ou não

elegível em 2018? Qualquer resposta esfarela o futuro. Tanto o “sim” como o “não” significariam transformar a Presidência num balcão. E, acreditem, isso dependeria pouco do agora presidente da Câmara. Processos políticos são dotados de lógica interna. Ou seriam meras feitiçarias.

As elites políticas estão divididas, com exceções aqui e ali, entre o bovarismo e o oportunismo. No começo de junho, o ministro Aloysio Nunes Ferreira (Relações Exteriores) afirmou que o PSDB não deixaria o governo porque não é Madame Bovary, numa referência à personagem central do romance homônimo de Flaubert. Nunes pertence à safra em extinção dos políticos que foram apresentados aos livros.

Na leitura ignorante, ele estaria a dizer que o partido não trairia o presidente, como Madame traiu o marido. Besteira! Em política, o “bovarismo” consiste em ignorar a realidade em nome de uma prefiguração ou de um anseio impossíveis. Ele falava é disso. Mas uma ala do partido quer ser a Madame é naquilo mesmo...

Que saudade dos “bons tempos” em que Marilena Chaui fazia pastiche de “A Ideologia Alemã”, de Marx, e torrava a nossa paciência com a ladainha de que o saber era um instrumento de dominação, rebaixando-o a mero “discurso competente”, a ser combatido pela sociedade organizada... Dona Marilena, a exemplo de todo esquerdistas perturbado, ainda via o potencial redentor do rebelde primitivo.

Hoje, o verdadeiro porrete da opressão é a ignorância que se alas-

tra nas redes sociais, ciosa da própria truculência, orgulhosa da própria burrice, satisfeita com a própria vulgaridade. À esquerda, ao centro e à direita.

Uma nota curta — Informei em meu blog (<http://bit.ly/2uCOscE>) que Deltan Dallagnol se fez procurador contra a letra da lei, a cavaleiro de uma liminar cujo mérito nunca foi julgado. Foi confirmado no cargo em razão do “fato consumado”, repudiado pelo STF em matéria de concurso público. O rapaz ficou furioso e me acusou, que surpresa!, de ser inimigo da Lava Jato.

No Facebook, Carlos Fernando, seu braço esquerdo, contestou meu artigo com argumentos tecnicamente irrespondíveis: chamou-me de velhaco, decadente e cachorro.

São estrelas do MPF. Estão acostumados a aterrorizar os políticos e tentam me intimidar. Comportam-se como chefes de milícia ou de bando.

Marx está mesmo morto. Essa é “A Ideologia do Complexo do Alemão”.

28 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Acredite se quiser

Na proposta de delação que fez ao Ministério Público de Minas, o empresário Marcos Valério anexou como prova de sua narrativa uma lista em que enumera repasses de propina a dezenas de autoridades. A peça é controversa. Anos atrás, outras versões da planilha foram encontradas com Nilton Monteiro, o esteli-onatário que fez a chamada “lista de Furnas”. Na ocasião, o próprio Valério disse que os papéis eram falsos. O MP recusou o acordo. Valério fechou com a PF.

Cópia e cola Aliados de Valério dizem que ele reapresentou a lista como anexo na proposta de delação aceita pela Polícia Federal.

Ficha corrida Uma versão da planilha foi alvo de ação judicial pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, que aparece nos documentos como destinatário de R\$ 185 mil. Ele processou a revista “Carta Capital”, que publicou trechos da lista em 2012, e apontou indícios de fraude.

Veredito Mendes foi indenizado em R\$ 507 mil pela revista. Na planilha de Valério, ao lado de seu nome aparece a inscrição “AGU”. A lista foi supostamente elaborada pelo empresário em 1999. Mendes, porém, só foi nomeado advogado-geral da União em janeiro de 2000.

Caixa postal Procurado, o advogado de Marcos Valério não respondeu.

De casa Os cinco procuradores escolhidos por Raquel Dodge para comandar a transição na PGR são fortemente ligados ao ex-procurador-geral Roberto Gurgel, que atuou no mensalão, ao lado da nova chefe do Ministério Público Federal.



Centralizou A escolha de Dodge foi criticada em grupos do MPF. Houve reclamações pelo fato de todos os nomes serem da Procuradoria Regional da 1ª Região.

MÔNICA BERGAMO

GASTA MAIS

E o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), diz que Temer deveria enviar um “embaixador ao Ministério Público Federal pedindo que trate o Brasil como nação amiga”. Ele se refere à proposta de aumento de 16,38% para os procuradores.

BEMPARANÁ 28 JUL 2017

Fachin acelera Lava Jato para julgar políticos em 2017

Entre os processos mais avançados estão o de Gleisi,

Paulo Bernardo e deputado Nelson Meurer

O ministro Edson Fachin manteve os trabalhos em seu gabinete durante o recesso do Judiciário para viabilizar julgamentos de ações penais da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF) já neste ano. Três processos estão em fase mais avançada e envolvem três políticos paranaenses: a senadora Gleisi Hoffmann (PT); seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, e o deputado federal Nelson Meurer (PP).

Após quase três anos e meio de investigações que começaram em Curitiba e se espalharam por todo o País, essas serão as primeiras sentenças no Supremo de políticos com foro privilegiado acusados de envolvimento no esquema de desvios e corrupção na Petrobras. Durante este mês, os três juízes auxiliares do ministro-relator da Lava Jato se revezaram para tomar depoimentos de testemunhas. A perspectiva é concluir as audiências desses processos até o fim de agosto. O passo seguinte são os interrogatórios dos réus.

Após os réus serem ouvidos, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a defesa terão cinco dias para pedir investigações complementares. Fachin, então, deverá decidir se as aceita ou não. Vencidas essas etapas, o relator pedirá que as partes - acusação e defesa - apresentem suas alegações no prazo de 15 dias. O

BOLADA

R\$ 29,7 milhões

é quanto o deputado Nelson Meurer (PP) teria recebido do esquema entre 2006 e 2014

ministro poderá ordenar novas diligências. Por fim, o ministro faz o relatório e encaminha ao ministro-revisor, Celso de Mello, que pedirá data para julgamento na Segunda Turma da Corte.

Não há um prazo legal para marcar um julgamento no Supremo, mas interlocutores de Fachin consideram a possibilidade de proferir as sentenças até dezembro.

Testemunhas - O processo contra Gleisi já está na fase da tomada de depoimentos de testemunhas. Nesta semana, já falou aos juízes auxiliares de Fachin a ex-presidente da Petrobras Graça Foster e, para hoje está previsto o depoimento da presidente cassada Dilma Rousseff. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também já depôs.

Gleisi, seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo (PT), e o empresário Ernesto Kugler Rodrigues são acusados de solicitar e receber R\$ 1 milhão do esquema de corrupção em

2010, quando a petista se candidatou ao Senado. Na defesa, os acusados negam envolvimento em irregularidades e alegam falta de provas.

Fachada - Na ação contra Meurer e seus filhos Nelson Meurer Junior e Cristiano Augusto Meurer também estão sendo ouvidas as testemunhas de defesa. Eles respondem por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Meurer é acusado de ter contribuído junto com o ex-líder do partido José Janene (morto em 2010) e o doleiro Alberto Youssef para manter na Petrobras, entre 2004 e 2012, o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa, com o objetivo de se beneficiar de recursos ilícitos de contratos firmados por empreiteiros com a estatal.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, Meurer teria atuado para desviar R\$ 357,9 milhões da Petrobras, através de contratos fictícios firmados entre as construtoras e empresas de fachada em nome de Youssef. De acordo com a PGR, o parlamentar paranaense teria recebido R\$ 29,7 milhões em repasses de R\$ 300 mil mensais entre 2006 e 2014. Também teria recebido R\$ 4 milhões em espécie para sua campanha e outros R\$ 500 mil na forma de doações eleitorais da construtora Queiroz Galvão. Os filhos teriam contribuído para receber e esconder a origem do dinheiro. A defesa do deputado e dos filhos sustenta ao Supremo que não há provas na denúncia.

28 JUL 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Excesso de prazo não pode ser constatado só por soma aritmética

A situação não pode ser avaliada apenas a partir da soma aritmética dos prazos processuais

Constrangimento ilegal por excesso de prazo, capaz de autorizar o relaxamento da prisão cautelar, fica caracterizado pela demora por descuido do Poder Judiciário ou da acusação. A situação não pode ser avaliada apenas a partir da soma aritmética dos prazos processuais.

A presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Laurita Vaz, usou esse entendimento ao negar quatro pedidos de liminar em Recursos em Habeas Corpus envolvendo o mesmo réu, que responde a 18 ações penais diferentes pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

O réu é acusado de ser um dos líderes, junto com dois irmãos, de uma organização voltada para a distribuição e venda de cocaína, maconha e crack. Segundo o Ministério Público, ele participa ativamente da movimentação financeira, exercício de tarefas específicas e coordenação de equipes independentes, possuindo voz ativa nas decisões e gestão contábil da estrutura.

O réu foi preso em junho de 2015. Até o momento, já interpôs oito RHCs no STJ, nos quais a defesa alega excesso de prazo, pois aguarda há dois anos pelo encerramento da instrução criminal. Sustenta, também, a falta de motivação para a manutenção da prisão preventiva. A defesa pede a revogação da prisão, para que o réu responda em liberdade, ou a substituição da custódia por medidas cautelares.

Homicídio praticado contra maiores de 60 anos poderá ter pena mais rigorosa

O projeto que tipifica o crime de homicídio praticado contra maiores de 60 anos está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada para o dia 2 de agosto, com início às 10h.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 373/2015 altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) e a Lei 8.072/1990 para qualificar o homicídio contra o idoso (idosicídio), tornando sua pena maior e incluindo o crime no rol dos crimes hediondos. O projeto é do senador Elmano Férrer (PMDB-PI) e tem como relator o senador José Maranhão (PMDB-PB), que apresentou duas emendas com o objetivo de aperfeiçoar a proposição.

A primeira emenda estabelece que o idosicídio será configurado quando o homicídio for praticado contra maior de 60 anos de idade. O projeto original apenas se refere ao crime contra o idoso. A segunda emenda propõe aumento da pena de um terço até a metade, se o crime for praticado por ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou pessoa com quem o idoso conviva ou tenha convivido. No texto inicial, está previsto o aumento de pena apenas no caso de o crime ser cometido na presença de um descendente da vítima.

28 JUL 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro rejeita reclamação contra decisão que cassou mandato de governador e vice do Amazonas

O decano do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, negou seguimento (julgou inviável) à Reclamação (RCL) 27713, ajuizada pelo ex-governador do Amazonas José Melo contra acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que confirmou a cassação de seu mandato e o do vice-governador. De acordo com o ministro, a reclamação constitucional na qual se alega desrespeito a decisão do STF proferida em recurso extraordinário com repercussão geral só pode ser admitida após esgotadas as instâncias ordinárias, o que não ocorreu no caso, uma vez que ainda há recurso (embargos de declaração) pendente de análise no TSE.

28 JUL 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

Bolo e coxinha pra Sérgio Moro



O juiz Sérgio Moro completa 45 anos na próxima terça-feira, dia primeiro de agosto. Para comemorar a data, movimentos de apoio à Lava Jato, como o “Curitiba contra a corrupção” e o “Acampamento Lava Jato”, preparam uma festa de aniversário para o juiz, em frente ao prédio da Justiça Federal do Paraná, no bairro Ahú. De acordo com uma das organizadoras da festa, Narli Rezende, serão feitos dois bolos de aniversário um para o juiz e outro para os convidados, além de coxinhas, músicas e balões nas cores verde e amarela, em referência à bandeira do Brasil. “Vamos cantar parabéns ao juiz e fazer algumas homenagens a ele. Será uma festa simples, mas ele merece”, disse Narli. Os organizadores também tentarão entregar rosas ao juiz. A festa está marcada para 17 horas da próxima terça-feira. A convocação é feita pelas redes sociais.

28 JUL 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça decide manter processo de Cunha em Curitiba



O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) manteve a decisão de não transferir para o Rio de Janeiro o processo em que o ex-deputado Eduardo Cunha responde por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na compra de navios-sonda para a Petrobras. A decisão atende a uma manifestação do Ministério Público Federal (MPF) na 2ª Região que defende a permanência do processo na 13ª Vara Federal de Curitiba. No entendimento dos procuradores, esse é o juízo natural das ações da Lava Jato e seus desdobramentos.

De acordo com a alegação da defesa do réu, a ação não teria relação com os casos julgados no Paraná, uma vez que o processo com o qual teria conexão já foi julgado e deveria ser distribuído a uma das varas federais do Rio, local onde os crimes teriam sido cometidos. Mas o MPF da 2ª Região não concorda com o argumento. "O fato de haver um conjunto de provas que deve ser analisado por um único juízo, predeterminado por já conhecer fatos anteriores iguais aos deste caso, não pode ser desconsiderado", disse. ●

Rocha Loures se esconde

Rodrigo Rocha Loures vem fazendo o possível para sair de cena. Desde que foi para a prisão domiciliar, ele tem evitado até os velhos amigos. Gente do Paraná que o conhece tem ligado e enviado mensagens para ele e a mulher, perguntando se pode visitá-los. O homem que apareceu correndo com uma mala de dinheiro pelas ruas de São Paulo sequer responde.

28 JUL 2017

GAZETA DO POVO **IAP leva nove meses para responder ao** **STF em inquérito contra secretário de** **Richa**

Sobre o deputado licenciado recai a suspeita de destruição de área de preservação permanente, inclusive com incêndio, além da transformação da madeira em carvão sem autorização

Brasília - Catarina Scortecci (Correspondente)

O diretor-presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Luiz Tarcísio Mossato Pinto, levou quase nove meses para atender a uma solicitação das autoridades responsáveis pela investigação que corre no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o secretário-chefe da Casa Civil do governo do Paraná, o deputado federal licenciado Valdir Rossoni (PSDB), por crimes contra o meio ambiente.

O inquérito contra Rossoni, que atua na indústria madeireira e é dono de terras em Bituruna e General Carneiro, foi aberto pela Polícia Federal (PF) no Paraná no ano de 2009. A corporação suspeita de destruição de área de preservação permanente, inclusive com incêndio, além da transformação da madeira em carvão sem autorização. À PF, o parlamentar licenciado negou ter cometido os delitos, que estão descritos nos artigos 38, 41 e 45 da Lei 9.605/1998, com punições que vão de multa a reclusão.

Inicialmente, o inquérito tramitou no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, já que Rossoni, na época, exercia o mandato de deputado estadual. Em 2015, o inquérito seguiu para o STF, já que, nas eleições de 2014, o tucano foi eleito deputado federal. Mas, até agora, não há um desfecho na Corte em Brasília.

Entre os obstáculos, está a demora do IAP, órgão ligado ao governo do Paraná, para enviar respostas e documentos solicitados pela PF e pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e que são considerados fundamentais para a investigação.

CONTINUA

Em maio de 2016, no âmbito do inquérito no STF, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu informações ao IAP sobre os imóveis rurais de Rossoni. A PGR buscava o “Termo de Compromisso de Proteção de Reserva Legal”. Janot também desejava saber se o IAP havia feito alguma fiscalização no local e, em caso positivo, qual tinha sido o resultado das diligências.

No mês seguinte, em junho de 2016, a ministra Cármen Lúcia, então relatora do caso no STF, autorizou a expedição de um ofício ao IAP, solicitando as informações. O ofício, com data de 1º de julho de 2016, foi destinado ao diretor-presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, que, alvo da Operação Superagui, ainda permanece no principal posto do órgão.

Em agosto de 2016, contudo, o delegado da PF Thiago Ferreira observou que a resposta do IAP ainda não constava nos autos do inquérito. Por isso, em outubro de 2016, o ministro Ricardo Lewandowski, que assumiu a relatoria do caso em substituição a Cármen Lúcia, resolveu reiterar o pedido ao IAP.

Ainda naquele mês de outubro, o STF recebe um ofício do IAP, assinado por Mossato Pinto, mas os documentos solicitados não foram encaminhados a Brasília. Em novembro, o mesmo delegado da PF observa que, no ofício do diretor-presidente do IAP, embora haja referência a “documentos anexos”, o STF não recebeu qualquer outro volume, além do próprio ofício.

Avisado, o ministro Lewandowski encaminha novo ofício ao IAP, em 14 de março de 2017. Desta vez, trata-se de um comunicado “urgente”, no qual é definido um prazo máximo de dez dias ao IAP para o envio do material completo. O comunicado é a última peça disponibilizada pelo STF ao público externo.

Procurado nesta quarta-feira (26), o IAP não explicou o motivo da demora em responder ao ofício do STF. O órgão informou apenas que os documentos foram encaminhados em 24 de março de 2017.

Já o advogado de Rossoni, José Cid Campêlo Filho, disse à Gazeta do Povo que o tucano não cometeu os crimes indicados pela PF e que irá pedir o arquivamento do inquérito no STF, já que “todos os supostos delitos estão prescritos”, pois se referem ao ano de 2002.

28 JUL 2017

GAZETA DO POVO

Admiradores preparam festa de aniversário para Moro com bolo e coxinha

O ato também terá balões e homenagens ao juiz, que completa 45 anos na próxima terça-feira (01)

Tabata Viapiana, especial para a Gazeta do Povo

O juiz Sérgio Moro completa 45 anos na próxima terça-feira, dia primeiro de agosto. Para comemorar a data, movimentos de apoio à Lava Jato, como o “Curitiba contra a corrupção” e o “Acampamento Lava Jato”, preparam uma festa de aniversário para o juiz, em frente ao prédio da Justiça Federal do Paraná, no bairro Ahú.

De acordo com uma das organizadoras da festa, Narli Rezende, serão feitos dois bolos de aniversário – um para o juiz e outro para os convidados, além de coxinhas, músicas e balões nas cores verde e amarela, em referência à bandeira do Brasil. “Vamos cantar parabéns ao juiz e fazer algumas homenagens a ele. Será uma festa simples, mas ele merece”, disse Narli.

Os organizadores também tentarão entregar rosas ao juiz. A festa está marcada para 17 horas da próxima terça-feira. A convocação é feita pelas redes sociais.